

# A INCLUSÃO (EXCLUSÃO) SOCIAL DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA

## SOCIAL INCLUSION (EXCLUSION) OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN THE CLASSROOM

Marco André Serighelli<sup>1</sup>  
Mariana Araldi<sup>2</sup>

Recebido em: 27 ago. 2020.

Aceito em: 16 abr. 2021.

### RESUMO

O artigo tem como objetivo identificar e compreender a realidade escolar no processo de inclusão (exclusão) de alunos portadores de deficiência que estão inseridos no ensino regular, em duas escolas de ensino fundamental do município de Videira – SC. Para tal foi realizado leituras e estudos sobre os aspectos teóricos e legais que abarcam a inclusão social de crianças com deficiência. Também foram realizadas observações semiestruturadas in loco, bem como conversas com profissionais que atendem os alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem. Os desdobramentos das observações e das informações coletadas apontam que o processo de inclusão social dos alunos com deficiência ou alguma dificuldade de aprendizagem ainda precisa de ajustes no sentido de não seguir o caminho inverso de sua proposta.

**Palavras-chave:** Inclusão social. Educação Básica. Deficiência.

### ABSTRACT

The article aims to identify and understand the school reality in the inclusion (exclusion) process of students with disabilities who are inserted in regular education, in two elementary schools in the municipality of Videira - SC. To this end, readings and studies were carried out on the theoretical and legal aspects that encompass the social inclusion of children with disabilities. Semi-structured observations were also carried out on the spot, as well as conversations with professionals who assist students with disabilities or learning difficulties. The consequences of the observations and information collected indicate that the process of social inclusion of students with disabilities or some learning difficulty still needs adjustments in order not to follow the opposite path of its proposal.

---

<sup>1</sup> Doutorando na Universidade do Oeste de Santa Catarina, UNOESC, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1652-6042>. E-mail: [marco.serighelli@unoesc.edu.br](mailto:marco.serighelli@unoesc.edu.br).

<sup>2</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2920-9417>. E-mail: [marianaaraldi17@hotmail.com](mailto:marianaaraldi17@hotmail.com).

**Keywords:** Social inclusion. Basic Education. Disability.

## INTRODUÇÃO

Muito se tem questionado sobre a promoção da inclusão escolar no sentido de garantir o acesso e assegurar a permanência de todos os estudantes envolvidos em tal contexto. O presente trabalho buscou identificar e compreender a prática da inclusão ou exclusão das crianças com deficiência do convívio social e do processo de aprendizagem.

Este contexto da inclusão é uma dimensão da educação que foi introduzido recentemente no campo educacional, porém é um direito das crianças com deficiência estar nas escolas regulares, como expressão da dignidade da pessoa humana. Essa garantia é protegida na interpretação do artigo 208, inciso III da Constituição Federal que, reconhece o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência [...]”.

Mesmo a sociedade apresentando significativos avanços, a Inclusão Social ainda deixa a desejar principalmente quando se trata de crianças com deficiência. A Cultura brasileira de modo geral privilegia somente aqueles que possuem uma estrutura financeira, física e psicológica favorável. As crianças e jovens com deficiência, historicamente sempre ficaram a margem da sociedade, bem como dos espaços escolares, muito devido ao preconceito que ao mesmo tempo que é combatido ainda permanece impregnado na mente de nosso povo.

A Inclusão se faz necessária a cada ano, com ela, o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos. Na escola inclusiva os alunos aprendem a conviver com a diferença e se tornam cidadãos solidários. No município de Videira SC, lócus da pesquisa, a dificuldade em promover tal prática está presente tanto em escolas públicas como particulares, pois ainda apresentam fragilidades quanto ao atendimento especializado às crianças como Deficiência. Nas Escolas Municipais de Videira, apesar de avanço significativo na qualidade do ensino a inclusão de crianças com deficiências ainda requer alguns ajustes. A limitação de políticas públicas que

atendam às escolas direcionando verbas necessárias à estruturação escolar, pais muitas vezes negligentes, a sociedade que impõem barreiras, e o preconceito impregnado nas pessoas, fazem com que as crianças com deficiência sejam deslocadas à margem da vida social.

A pesquisa se propôs a identificar e compreender como as escolas municipais de Videira, com turmas das séries iniciais do ensino fundamental desenvolvem o processo de atendimento das crianças com diferentes tipos de deficiência, no sentido de analisar a prática da inclusão ou exclusão social das mesmas, tanto do convívio social como do processo de ensino aprendizagem. Para alcançar essa expectativa é importante conhecer os aspectos históricos que compreendem a constituição das políticas públicas para alunos com deficiência; identificar situações nas escolas pesquisadas de alunos que estão tendo seu direito de atendimento especial violado; analisar os aspectos legais que garantem a inclusão social/escolar das crianças com deficiência nas escolas regulares; compreender as bases conceituais para entendimento da inclusão social, bem como reconhecer que toda pessoa tem direito à educação, independentemente de gênero, etnia, deficiência, idade, classe social ou qualquer outra condição.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A educação inclusiva é o ensino voltado para pessoas com deficiência, que por direito, podem frequentar a escola de ensino regular e a escola de educação especial.

A Secretaria de Educação Especial tem afirmado a concepção de educação inclusiva, fundamentada no princípio da atenção à diversidade e educação de qualidade para todos. Considerando o paradigma da inclusão, a perspectiva é a garantia do acesso à educação, a melhoria das condições de aprendizagem e a participação de todos os alunos (DUTRA, 2005, p. 5)

O ensino inclusivo tem em suas origens a exclusão de alunos com alguma deficiência do processo de ensino aprendizagem. Um dos direitos de todo ser humano é o acesso à educação pública e gratuita, no qual as escolas devem estar adaptadas de forma a incluir todos os alunos independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural. Pois, ensinar é um ato político, no qual o professor disponibiliza a todos os alunos, sem exceção, um mesmo conhecimento. E escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus

alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência têm a oportunidade de preparar-se para a vida em comunidade e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social. (KARAGIANNIS, STAIMBACK, STAINBACK, 1999, p. 21)

No convívio entre as crianças, elas se enriquecem por aprenderem juntas, desenvolvem a partir do cuidar uma da outra, e conquistam as atividades, habilidades e os valores necessários para uma melhor relação interpessoal. Quando as escolas incluem todos os alunos, a diversidade é respeitada e promovida como um valor na sociedade, com os resultados visíveis da paz social e da cooperação.

A inclusão depende muito de mudanças nos valores de uma sociedade, nos quais a escola está implicada historicamente, preparando o aluno com deficiência para o pleno exercício da cidadania e, ao mesmo tempo, preparando o ambiente escolar para receber estes alunos, mas estas mudanças hoje no meio escolar estão ocorrendo de uma maneira muito lenta, gradativa, planejada e contínua, pois muito precisasse repensar na escola em relação à inclusão. Precisasse pensar e repensar o planejamento das aulas, sua organização especial, até a avaliação destes alunos. E muitos professores precisam repensar a sua postura e aceitar a criança com deficiência, acreditando nela e em seu potencial, e não a aceitar apenas porque existe uma lei que lhe garante o direito de ser incluída e, com isso, perceber que estes alunos com deficiências poderiam enriquecer as experiências de todo o grupo através da socialização. Mesmo com todas as lutas no decorrer da história pelos direitos humanos e direitos sociais, percebe-se que muitas mudanças ocorreram, mas ainda há muito a ser esclarecido e discutido a respeito das diferenças no âmbito da inclusão.

No que diz respeito à prática pedagógica dos professores, a flexibilização curricular e a pedagogia diferenciada centrada na cooperação, bem como estratégias como a aprendizagem cooperativa, são medidas a serem adotadas para que haja a inclusão escolar. Para tanto, é necessário dar condições ao professor e aos alunos, para que a mesma ocorra.

O valor social da igualdade é consistente com o motivo de ajudar os outros com a prática de ensino inclusivo, onde uma sociedade cada vez mais diversificada ensine os alunos a aceitar as pessoas que são diferentes.

A partir desses entendimentos, pensa-se que o natural seria que todos ocupassem igualmente os espaços sociais; se assim não ocorre, é porque alguns operaram uma intervenção falsa, uma distribuição anômala — contra os interesses dos outros e contra a natureza do mundo. Esses outros são os chamados excluídos.

Por outro lado, a situação de inclusão do aluno com deficiência na classe comum nem sempre é a que se deseja. Em discussão sobre o papel da escola e os sentidos de integração e inclusão, Amiralian (2005, p. 61) defende que "o uso do termo inclusão na escola pode ser entendido como uma situação em que é imprescindível uma compreensão do aluno com deficiência, de modo que ele possa ser integrado, ou seja, passe a pertencer à escola e fazer parte integrante dela". E, diante dessa relevante observação, não se pode ignorar que a escola, embora detenha capital importância na vida da sociedade, é apenas uma dentre várias outras instituições sociais e, como tal, impregnadas dos seus valores culturais.

Nesse mesmo sentido, discutindo a questão da identidade administrativa e pedagógica dos alunos com necessidades educacionais especiais na linguagem da política educacional brasileira, Mazzotta (2003, p. 13) aponta como de suma importância o entendimento de que "a política educacional é somente uma das áreas das políticas sociais construídas segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei. Assim, ainda que diferencialmente, abrange igualmente pessoas de todas as classes sociais".

Resumidamente, a escola como instituição social tem como tarefa a transmissão e a veiculação de saberes e práticas para todos. Por meio das relações de diálogo e da criação de vínculos e tendo a diversidade como valor, trabalha no sentido de romper com a lógica da exclusão e da homogeneização. Ou seja, seu papel principal é formar as crianças para a tarefa de renovar um mundo que está ainda repleto de situações de exclusão. Nessa perspectiva, são pressupostos que o processo de aprendizagem de cada criança é singular, que toda a criança aprende e

que todas são importantes para o processo de construção de conhecimento no ambiente escolar. A educação inclusiva diz respeito a todas e todos.

## **TIPOS DE DEFICIÊNCIA**

Pessoa com deficiência é a que se enquadra nas seguintes categorias: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla.

De acordo com as definições do Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, Deficiência Física – é a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. Deficiência auditiva - é a incapacidade parcial ou total de audição. Pode ser de nascença ou causada posteriormente por doenças. Variando de graus e níveis - surdez moderada; surdez acentuada; surdez severa; surdez profunda; anacusia. Deficiência visual - é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais. Em alguns casos, a cegueira pode associar-se à perda da audição (surdo cegueira) ou a outras deficiências. Classificada em visão normal, próxima do normal, baixa visão moderada, baixa visão profunda, próxima a cegueira e cegueira total.

No mesmo sentido, o DECRETO nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, destaca a Deficiência mental como sendo o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização da comunidade; saúde e segurança;

habilidades acadêmicas; lazer; trabalho. Deficiência múltipla - pessoas afetadas em duas ou mais áreas, caracterizando uma associação entre diferentes deficiências, com possibilidades bastante amplas de combinações. Um exemplo seriam as pessoas que têm deficiência mental e física. A múltipla deficiência é uma situação grave e, felizmente, sua presença na população geral é menor, em termos numéricos. Pode ser separada pelas seguintes dimensões: Física e psíquica; sensorial e psíquica; sensorial e física; física, psíquica e sensorial.

## **ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

A educação de pessoas com deficiência iniciou quando os sistemas de ensino universalizaram o acesso à educação, mas continuaram excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas. A partir da necessidade de espaços especializados para o atendimento a pessoas com deficiência, criou-se instituições fora do âmbito escola.

No Brasil iniciou com o Instituto dos Meninos Cegos – IBC em 1854; três anos depois, 1857, criou-se o Instituto dos Surdos Mudos – INES; em 1926 é fundado o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (BRASIL, 2006, s/n).

A partir de 1960 é que o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa ser fundamentado pelas disposições legais, entre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da criança e do adolescente, Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, entre outros.

É importante ressaltar que em 2001 a resolução CNE/CEB no. 2/2001, no art. 2º. Determina:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, s/n).

Em 2003 o MEC cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos. Mas

só em 2006 que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pela ONU, assegura um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino (BRASIL, 2008).

Nesse sentido a educação escolar busca atingir a qualidade social para todos os seus alunos no sentido de garantir o atendimento as crianças com deficiência. De acordo com a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 em seu art. 1º institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ancorada no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta por sua vez é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadã.

Atualmente, todos os alunos têm acesso, permanência e aprendizado garantidos por lei. A orientação que norteia a Educação Inclusiva é a matrícula de todos em turma comum e o Atendimento Educacional Especializado.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O objetivo deste trabalho é identificar e compreender como a prática da inclusão ou exclusão das crianças com deficiência se manifestam no convívio social e no processo de ensino e de aprendizagem dos alunos nos espaços escolares, considerando o contexto de cada escola, bem como das condições objetivas de trabalho.

Com o intuito de seguir o rigor científico foi estabelecido alguns critérios no processo de observação e na coleta dos dados. A coleta das informações obtidas se deu da seguinte forma: primeiramente a definição de duas escolas municipais que oferecessem turmas das séries iniciais do ensino fundamental que tivessem matrículas de alunos com algum tipo de deficiência. A definição das duas escolas foi realizada pelo secretário de educação do município. Na sequência a definição das turmas, observou-se como critério salas com pelo menos dois alunos com algum tipo de deficiência e com a presença do segundo professor. Definidas as escolas e as turmas (quatro turmas atenderam os critérios descritos) utilizou-se um roteiro de observação previamente elaborado com questões semiestruturadas que serviram de guia durante os quatro dias de observação. O roteiro seguia três dimensões de



observação, relações professor-aluno, aluno-aluno e o atendimento ao aluno com deficiência.

Em função da natureza do objeto e dos objetivos, privilegiou-se a abordagem qualitativa. Esta forma de pesquisa permite perceber elementos da subjetividade como parte constitutiva do indivíduo e das variadas formas de organização social. De acordo com Minayo, Deslandes e Gomes (2009), a pesquisa qualitativa oportuniza a observância de questões particulares, pois é uma abordagem do campo dos significados, das motivações, das crenças, dos valores e comportamentos.

A pesquisa qualitativa se aproxima da pesquisa etnográfica, pois

[...] baseia suas conclusões nas descrições do real cultural que lhe interessa para tirar delas os significados que têm para as pessoas que pertencem a essa realidade. Isto obriga os sujeitos e o investigador a uma participação ativa onde se compartilham modos culturais (tipos de refeições, formas de lazer etc.) (TRIVIÑOS, 1987, p. 121)

Desta forma é possível perceber a realidade como tal, aonde as relações vão ganhando corpo e o pesquisador desvenda os significados. André (2009) ainda destaca que por meio da observação participante é possível registrar o que não se encontra escrito, desvelar o dia a dia da prática escolar, reconstruir os sentidos e suas diferentes formas de se manifestar. Nesse sentido, a pesquisa aqui relatada pautou-se na observação direta com a população pesquisada.

A seguir, apresentamos os resultados do esforço destinado, destacando, portanto, que apresentam limitações, mas dentro dos critérios definidos, foi sistematizado todos os dados coligidos e realizado um exame rigoroso no trabalho.

## **ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIENCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

O município de Videira foi fundado em 1 de março de 1944 está situado no Vale do Rio do Peixe, no meio oeste catarinense. A população é de aproximadamente 52 mil habitantes e tem nas atividades industriais, comerciais e agrícolas a base de sua economia. Na esfera educacional o município em parceria com a rede estadual, privada e federal de educação atendem cerca de 50,7% das crianças de 0 a 3 anos, 79,4% de 4 e 5 anos e 96,9% dos estudantes de 6 a 14 anos. Mantem 19 centros de

Educação Infantil e 9 escolas de ensino fundamental<sup>3</sup>. “A educação básica tem como finalidade assegurar aos educandos o pleno exercício da cidadania e meios para que estes possam progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, s/n).

A rede municipal atualmente trabalha com centros de educação infantil (creche e pré-escola) e escolas de ensino fundamental, sendo obrigatório a partir dos 4 anos de idade. Entre a educação infantil, estão à disposição da comunidade videirense 16 Centros Municipais de Educação Infantil, na zona urbana e 03 Centros Municipais de Educação Infantil na zona rural. No ensino fundamental tem 9 escolas que oferecem esta etapa da educação básica, sendo duas destas localizadas na zona rural. Sua duração é de nove anos, atendendo pelos anos iniciais, e pelos anos finais, sendo influencia prioritária dos municípios em colaboração com os Estados, respeitada as distribuições proporcionais das responsabilidades e dos recursos financeiros em cada uma das esferas do Poder Público. O município também oportuniza atendimento especializado para os alunos da rede municipal através do CMAEE Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado – Tiago Scopel<sup>4</sup>.

A presente pesquisa objetivou analisar situações das turmas das séries iniciais do ensino fundamental das escolas municipais de Videira, no que tange a prática da inclusão ou exclusão social das crianças com deficiência, tanto do convívio social escolar quanto do processo de ensino aprendizagem.

As turmas que serviram de lócus da pesquisa possuem a segunda professora, como é nominalmente chamada na escola. A segunda professora acompanha a turma apenas nas aulas da professora regente, nas demais aulas específicas, como Artes e Educação Física, não acompanha. O planejamento das aulas é elaborado apenas pela professora regente. Nas aulas específicas os alunos com deficiência que necessitam de algum atendimento específico, não possuem auxílio, ficando a cargo do professor da disciplina, o qual não consegue atender adequadamente todos os alunos.

A concepção de inclusão perpassa pela ideia de que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades, onde algumas são adaptadas para atender as diferenças individuais.

A Educação Especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que realiza o atendimento educacional especializado e disponibiliza os recursos e serviços e orienta

quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, s/n).

Uma das turmas apresentou mais do que um aluno com deficiência, o que torna o processo de ensino aprendizagem mais dificultoso. As duas professoras apresentaram dificuldades para trabalhar com a turma toda, ficando assim algumas lacunas em parte do processo. O número de alunos com dificuldades em sala de aula é grande, assim o trabalho do professor e a aprendizagem dos alunos ficam a fragilizados.

É interessante destacar uma situação em que merece atenção especial, a qual a segunda professora auxilia um aluno surdo. Sua comunicação é basicamente por mímicas. Ela permanece praticamente o tempo todo ajudando ele, e nas poucas vezes que consegue, auxilia os demais alunos com dificuldade. A professora regente não consegue atender a todos os alunos da turma.

Para a inclusão dos alunos surdos, nas escolas comuns, a educação bilíngue - Língua Portuguesa/LIBRAS, desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino de Libras para os demais alunos da escola (BRASIL, 2008).

Quanto às relações interpessoais, foi possível perceber um comportamento um tanto seletivo nos momentos de atividades em grupos. Levavam em consideração os colegas com melhores materiais. Outra situação que foi percebido é a chegada de estrangeiros na nossa região, onde muitos não sabem falar português e ainda são rejeitados pelas demais crianças. Nessas situações o papel da professora é muito importante no sentido de auxiliá-los nessas relações para que se sintam acolhidos em nossa cidade.

A política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência prevista no Decreto 3.298/99 adota os seguintes princípios:

I. Desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural;

II. Estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus

direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico;

III. Respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade, por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos (BRASIL, 1999, s/n)

Outra observação importante é a maneira como a sala de aula é organizada. As crianças com deficiência sentam-se ao fundo da classe, próximo da segunda professora. Assim a professora regente atende preferencialmente os alunos que tem alguma dificuldade e alocadas nas primeiras carteiras

Nesse sentido é importante destacar uma passagem da Declaração de Salamanca a qual é mencionado o conceito de inclusão, sendo ele:

[...] parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade. (BRASIL, 1994, p. 18)

Amparados no conceito acima disposto, é necessário que a professora regente e a segunda professora trabalhem juntas para elaborar planejamento, lecionar, dar atenção a todos de forma coletiva, superando qualquer tipo de segregação na sala de aula.

É muito comum encontrar a diversidade em sala de aula, assim como em qualquer lugar. O ambiente escolar é baseado em relações de aceitação, respeito e valorização das diferenças, entre professores, alunos e pais, é condição necessária para atingir o objetivo de uma educação inclusiva que contemple a diversidade.

Quando o professor juntamente com a coordenação pedagógica percebe que o aluno está com dificuldades no processo de aprendizagem, é realizado o encaminhamento para o CMAEE Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado – Tiago Scopel. De acordo com a fala de uma das especialistas do CMAEE,

[...] é realizado por três profissionais fonoaudiólogas, psicóloga e psicopedagoga uma triagem multidisciplinar para pré-diagnóstico. Cada profissional avalia individualmente o paciente para buscar dados referentes a sua área de atuação. Após as avaliações, as especialistas se reúnem e discutem cada caso apresentado e constroem um relatório que

posteriormente é entregue para a família e para a escola, juntamente com um encaminhamento se necessário. Dependendo do resultado das avaliações a criança entra para a lista de espera para atendimento no CMAEE, onde realizam atividades diferenciadas que visam auxiliar no desenvolvimento de cada paciente. Atualmente a demanda de crianças que se enquadram nesse atendimento é grande, o Centro atende em média 400 crianças por ano.

No mesmo relato a profissional traz um dado importante para a compreensão dos enfrentamentos dos problemas de aprendizagem que o professores sofre. Ela destaca que

Cinquenta por cento dos casos avaliados no Centro de Atendimento é deficiência intelectual de grau leve e moderado. Essa deficiência compromete diretamente a capacidade cognitiva das crianças. Para as crianças com deficiência intelectual moderada é solicitado a escola que a insira na sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e será concedido a contratação de um auxiliar educacional para a turma em que esta criança/adolescente estiver inserido. Desta forma ela não fica para atendimento no Tiago Scopel por ser público da educação especial da escola.

As duas escolas pesquisadas trabalham com o atendimento educacional especializado, onde cada criança com deficiência frequenta duas vezes por semana.

De acordo com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o AEE tem por finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade com fins de eliminar as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas, em todas as etapas e modalidades de ensino.

A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais só será bem-sucedida se antes forem tomados e observados alguns pontos: o professor regular deve acreditar que o aluno será bem-sucedido, toda a escola deve estar convicta de aceitar e compartilhar a responsabilidade pela aprendizagem de estudantes com necessidades especiais e os profissionais de educação devem estar predispostos a trabalhar em colaboração com as salas de aula regulares. (ERIC, 2002, apud GOMES & REY, 2007)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação inclusiva está presente na educação em todas as etapas do ensino regular. A inclusão se faz necessária diante do cenário atual no sentido de que o

trabalho docente atinja a todos os alunos e que os profissionais da educação estejam dispostos a trabalhar de forma a garantir uma qualidade de ensino a todos os alunos.

O objetivo deste trabalho de pesquisa foi identificar e compreender como as escolas municipais de Videira observadas, com turmas das séries iniciais do ensino fundamental realizam o atendimento das crianças com diferentes tipos de deficiência, no sentido de analisar a prática da inclusão ou exclusão social das mesmas, tanto do convívio social como do processo de ensino aprendizagem.

Um aspecto importante a se destacar é a questão das relações interpessoais dos alunos. As diferenças individuais são inerentes a cada ser humano e tem grande influência nos processos de aprendizagem que são únicos para cada pessoa. O trabalho cotidiano da instituição escolar precisa desenvolver estratégias que amenizem a discriminação contra gênero, etnia, opção sexual, religiosa, indivíduos com deficiência, estilos de vida diversificados e composições familiares diversificadas.

A relação entre os pares no processo pedagógico e social interfere de forma significativa nos desdobramentos da aprendizagem bem como dos aspectos sociais. Esta dimensão do processo entre professor regente, “segundo professor” e alunos precisa ser harmônica. A sala de aula como espaço sagrado da aprendizagem e do convívio social, não pode parecer dois mundos distintos, de um lado alunos com deficiência e do outro, alunos “normais”. Os espaços escolares são locais de diversidade, nos quais professores, alunos e equipe técnica administrativa precisam saber conviver e aprender com as diferenças.

## REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, M. L. T. M. **Desmistificando a inclusão**. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 22, n. 67, p. 59-66, 2005.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da Prática Escolar**. 16. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas e dá outras providências. Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 dez. 1999

\_\_\_\_\_. Decreto 3.298/99 - Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.571, de 17 de Setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de Novembro de 2007. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Declaração de Salamanca**, Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9394/96, 20 de dezembro de 1996. **Estabelece diretrizes e bases para a educação nacional**: Diário Oficial da União. Brasília, 23 dez.1996. Disponível em: <[http://legislação.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/Leis9394.htm](http://legislação.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Leis9394.htm)>. Acesso em: 06 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. MEC/SEESP. Ministério da Educação. **Sala de recursos Multifuncionais: Espaço para Atendimento Educacional Especializado**. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n.2, de 11 de setembro de 2001**. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015

DUTRA, Claudia Pereira et al. Entrevista: Inclusão. **Revista de educação especial**. V. 1, n. 1 (out, 2005), Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

GOMES, Claudia &REY, Fernando Luiz Gonzales. **Representações compartilhadas de profissionais da Educação acerca da Inclusão Escolar**. Pontifca Universidade Católica de Campinas. 2007.

KARAGIANNIS, Anastasios; STAINBACK, Susan; STAINBACK, William.  
**Fundamentos do Ensino Inclusivo.** In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William.  
Inclusão: um guia para educadores. São Paulo: Editora Artes Médicas Sul LTDA,  
1999.

MAZZOTTA, M. J. S. **Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira.** *Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense*, Niterói, n. 7, p. 11-18, maio 2003.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.